

*Dívida
pública*

A “confederação dos governadores”

A questão da dívida dos Estados — em títulos estaduais, Antecipações de Receitas Orçamentárias (AROs) e contratos com a União para saldar dívidas antigas — volta à baila, com forte conteúdo institucional. O governador do Estado do Rio, Marcello Alencar, talvez não pensasse que seu pedido para alongar o prazo de pagamento provocasse tamanha repercussão. O fato é que provocou. Mais do que reação emocional de senadores e governadores, que ameaçaram reclamar idêntico tratamento para seus Estados se fosse atendido o pedido do governador Alencar, a repercussão assumiu sentido de confrontação com a União. Disso é exemplo a entrevista que Alencar deu ao **Estado**, que publicamos ontem. De que outra maneira se pode interpretar sua resposta a duas perguntas: uma, o que farão os governadores se a União não encontrar solução para o problema; e outra, estão os governadores discutindo a questão em bloco? À primeira questão, respondeu do alto da pretendida “soberania” dos Estados: “O Ministério da Fazenda terá de encontrar uma solução. Os Estados não podem mais suportar esse grave endividamento.” Da segunda fugiu com o que se poderia dizer um ato falho:

“Não existe idéia de confederação de governadores.” O governador de São Paulo ainda não falou. O de Minas, também não. O do Rio Grande do Sul fez questão de ressaltar que os Estados desejam melhores condições para pagar as dívidas contraídas e é preciso discutir “detalhes”, tais como taxas de juro, prazos de pagamento e volume das alienações que deverão ser feitas... Teve o cuidado de pedir que o socorro aos Estados se faça sem se comprometer o Plano Real. Essa é a questão para a qual os governadores que reclamam não poder quitar as dívidas que eles ou os antecessores contraíram não atentaram: a solução do problema, ainda que mediante nova troca de títulos estaduais por federais — isso já aconteceu em muitos casos —, implicará encargos financeiros para a União — e não pequenos.

A dívida dos Estados é problema que se arrasta há anos — e a capacidade que têm de exercer pressão sobre a União por meio dos senadores tem feito o governo federal sempre encontrar maneira de aliviar a situação, ainda que agravando a do Tesouro



postos a cumprir o pactuado. Mais do que isso: admitem, como fez o governador fluminense, que recebeu um empréstimo do BNDES dando como garantia a venda futura (!) da empresa fluminense de energia elétrica e não a privatizou. O motivo é simples: recebeu R\$ 250 milhões, quando a empresa vale R\$ 500 milhões. E não hesita em apontar o dedo acusatório para o governador de Minas, que recebeu igual empréstimo para pagar com a venda da Cemig e rejeitou depois a idéia da privatização. E sobre esse passado e mentalidade que o governo federal está trabalhando, na ilusão de que emprestará dinheiro ou trocará títulos

Nacional, da Caixa Econômica Federal ou do próprio BNDES. Até pouco tempo, os Estados estavam obrigados a pagar à União, mensalmente, 11% de suas receitas líquidas. A grita que se levantou fez que de 11% passassem a pagar apenas 9%. Agora, até isso é considerado difícil, se não impossível. Enquanto os governadores gritam contra os “juros escorchantes” que pagam pelas AROs, confessam não estar dis-

em troca de promessas de privatização e de enxugamento da máquina administrativa.

Na dívida da União, o que pode esperar a Caixa Econômica Federal ou o BNDES na hipótese (quase certa) de os Estados não honrarem os compromissos que assumiram? Em suma, no êxito do programa de estabilização monetária não se pensa. Pensa-se, apenas, em encontrar maneira civili-

A dívida dos Estados poderá ameaçar o Plano Real e as relações com o governo federal

zada de adiar o pagamento, sem isso configurar “calote”. É que todos temem, como deixou claro o governador gaúcho, que, se os governos estaduais simplesmente não pagarem, os contribuintes também poderão não pagar. Por isso, as expressões “calote” e “moratória” devem ser excluídas das negociações e do noticiário. A discussão sobre a necessidade de a União acudir os Estados seja a que preço for para o Tesouro pode e deve continuar. Afinal, essa é a posição dos governadores: a dívida dos Estados é questão da União, que tem de encontrar uma solução para ela...